



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**TERMO DE AUDIÊNCIA - OITIVA**

Processo nº: **0011267-66.2013.8.26.0566** (nº de ordem **1261/13**)  
 Classe - Assunto: **Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Obrigações**  
 Requerente: **Gerdau Comercial de Aços S/A**  
 Requerida: **Poliferro Comercio de Ferro e Aço Ltda**  
 Data da audiência: **27/11/2013 às 14:00h**

Aos 27 de novembro de 2013, às 14:00h, na sala de audiências da 2ª Vara Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. Paulo César Scanavez, comigo Escrevente Técnico Judiciário ao final nomeado, foi aberta a audiência de conciliação nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, presentes se encontravam o preposto da requerente, WILSON ISSAO KUROSSAWA, e sua advogada, Dra. Claudia Regina Torres Mourão; a representante legal da requerida, MARIA IMACULADA PINHEIRO e sua advogada, Dra. Elisabeth Maria Pepato; presente ainda a testemunha Helena Maria Ferreira de Paula. A patrona da requerente (Gerdau) requereu a juntada de substabelecimento e prazo de 10 dias para juntada da carta de preposição e comprovante de recolhimento da CPA, o que foi deferido pelo Juiz. A patrona da requerida (Poliferro) requereu prazo de 10 dias para juntada do instrumento de mandato (procuração/substabelecimento) com o comprovante de recolhimento da CPA, o que foi deferido pelo Juiz. As partes exibiram petição de acordo, em três (3) laudas, requerendo a juntada e homologação deste. **O Juiz decidiu:** “Homologo o acordo a que chegaram as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Há resolução de mérito, nos termos do inciso III do art. 269 do CPC. Publicada nesta audiência, registrada, saem os presentes intimados.” EM TEMPO: As partes pediram a desistência do prazo recursal. O Juiz deliberou: “Homologo a desistência supra. Aguarde-se o cumprimento do acordo no **arquivo provisório** nos termos do art. 792 do CPC. Não incidem custas finais, pois o acordo foi celebrado na via extrajudicial. Depois de exibido o instrumento de mandato e os comprovantes de recolhimento da CPA, o escrevente cuidará de proceder as anotações necessárias e já remeterá o processo ao arquivo provisório.” NADA MAIS. Eu, \_\_\_\_\_ Rosana Gomes Scanavez, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz (assinatura digital):

Requerente: (Gerdau)

Adv<sup>a</sup>. da Requerente:

Requerida: (Poliferro)

Adv<sup>a</sup>. da Requerida:

Testemunha: (Helena)